

**AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**CONSULTA PRÉVIA**

**2023\_I47PR**

**CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MONITORIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTÍNUA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**DEZEMBRO 2023**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>3</b>
Cláusula 1 <sup>a</sup> Objeto .....	3
Cláusula 2 <sup>a</sup> Contrato .....	3
Cláusula 3 <sup>a</sup> Prazo contratual .....	3
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES</b>	<b>4</b>
<b>SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE</b>	<b>4</b>
Cláusula 4 <sup>a</sup> Obrigações do Cocontratante.....	4
Cláusula 5 <sup>a</sup> Metodologia da prestação de serviços .....	4
Cláusula 6 <sup>a</sup> Local da prestação de serviço .....	5
Cláusula 7 <sup>a</sup> Autorização de utilização .....	5
Cláusula 8 <sup>a</sup> Dever de sigilo.....	5
Cláusula 9 <sup>a</sup> Tratamento de dados pessoais.....	6
Cláusula 10 <sup>a</sup> Conservação de dados pessoais .....	8
Cláusula 11 <sup>a</sup> Transferência de dados pessoais .....	8
Cláusula 12 <sup>a</sup> Dever de Cooperação.....	8
<b>SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADJUDICANTES</b>	<b>9</b>
Cláusula 13 <sup>a</sup> Preço base e preço contratual.....	9
Cláusula 14 <sup>a</sup> Condições de pagamento .....	9
Cláusula 15 <sup>a</sup> Faturação .....	9
<b>SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>10</b>
Cláusula 16 <sup>a</sup> Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	10
Cláusula 17 <sup>a</sup> Responsabilidades das partes.....	11
<b>CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>11</b>
Cláusula 18 <sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante .....	11
Cláusula 19 <sup>a</sup> Sanções contratuais.....	12
Cláusula 20 <sup>a</sup> Força maior.....	12
Cláusula 21 <sup>a</sup> Resolução por parte das Entidades adjudicantes.....	13
Cláusula 22 <sup>a</sup> Resolução por parte do Cocontratante .....	14
Cláusula 23 <sup>a</sup> Seguros .....	14
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>14</b>
Cláusula 24 <sup>a</sup> Deveres de informação .....	14
Cláusula 25 <sup>a</sup> Comunicações.....	15
Cláusula 26 <sup>a</sup> Foro competente .....	15
Cláusula 27 <sup>a</sup> Direito aplicável e natureza do contrato .....	15
Cláusula 28 <sup>a</sup> Contagem dos prazos.....	15

ANEXO I            16

Especificações Técnicas .....16

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a **AdP SGPS** e o **Cocontratante**, que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços de monitorização de segurança contínua**.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Contrato**

1. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo **Cocontratante**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **AdP SGPS** nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Prazo contratual**

1. O Contrato é válido pelo período de 12 (*doze*) meses, contados desde a data da sua celebração, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data da sua cessação.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

##### **Cláusula 4ª**

##### **Obrigações do Cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** prestar os seguintes serviços:

- a) Assegurar que o objeto da prestação obedece às especificações técnicas exigidas no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos;
- b) Disponibilizar todos os documentos que sejam necessários para a utilização do serviço pelas empresas do Grupo AdP;
- c) Disponibilizar apoio técnico na utilização do serviço;
- d) Comparecer a todas as reuniões de trabalho que sejam agendadas pela **AdP SGPS**;
- e) Comunicar antecipadamente à **AdP SGPS**, logo que tenha conhecimento, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a execução do objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da **AdP SGPS**;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, consultores, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

##### **Cláusula 5ª**

##### **Metodologia da prestação de serviços**

- I. No prazo de 2 (*dois*) dias a contar da data de celebração do contrato, será realizada uma reunião de arranque, destinada à apresentação da equipa de trabalho da **AdP SGPS** e da equipa do **cocontratante**.

2. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data de celebração do contrato o **cocontratante** deverá disponibilizar os acessos para a utilização plena do serviço.

### **Cláusula 6ª**

#### **Local da prestação de serviço**

1. Dada a natureza das prestações que se pretendem assegurar no âmbito do contrato a celebrar, encontra-se genericamente dispensada a execução dos mesmos nas instalações da **AdP SGPS**, sitas na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.
2. Serão privilegiadas, sempre que possível, as reuniões à distância, através de meios tecnológicos de informação e comunicações.

### **Cláusula 7ª**

#### **Autorização de utilização**

1. A disponibilização dos serviços objeto do presente contrato encontra-se autorizada a ser utilizada pelas empresas do Grupo AdP, onde se inclui a **AdP SGPS**.
2. A autorização de utilização prevista no número anterior não permite a divulgação, cópia ou reprodução não autorizada a terceiros.

### **Cláusula 8ª**

#### **Dever de sigilo**

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP SGPS**, ou outras empresas do Grupo AdP de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a **AdP SGPS** lhes indique para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 9ª**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções das **AdP SGPS** nos termos da legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para proveito próprio ou para outros fins que não decoram do cumprimento de obrigações legais, contratuais ou prossecução de interesses legítimos.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções da **AdP SGPS** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
6. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas AdP SGPS ou por quem atue em representação desta.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e tendo em vista o cumprimento das suas tarefas ao abrigo do contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui

previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da **AdP SGPS** o **Cocontratante** deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato à **AdP SGPS** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato a **AdP SGPS** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a **AdP SGPS** disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que as **AdP SGPS** possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verificar uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a **AdP SGPS**:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O **Cocontratante** obriga-se a ressarcir a **AdP SGPS** por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do **Cocontratante**



é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela **AdP SGPS** podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 10ª**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela **AdP SGPS**.
2. Dependendo da opção das **AdP SGPS** o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 11ª**

##### **Transferência de dados pessoais**

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da **AdP SGPS** exceto se o **Cocontratante** for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a **AdP SGPS** antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 12ª**

##### **Dever de Cooperação**

O **Cocontratante** deve cooperar com a **AdP SGPS** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação da **AdP SGPS**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

## SECÇÃO II

### OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADJUDICANTES

#### Cláusula 13ª

##### Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a **€ 19.800,00** (*dezanove mil e oitocentos euros*), que não inclui taxas, impostos e encargos que sejam devidos nos termos da legislação aplicável.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a **AdP SGPS** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

#### Cláusula 14ª

##### Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela **AdP SGPS** nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após a entrega dos acessos que permitam à **AdP SGPS** usufruir dos serviços.
2. Em caso de discordância por parte da **AdP SGPS** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
4. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

#### Cláusula 15ª

##### Faturação

1. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** devem incluir o número de nota de Encomenda fornecido pela **AdP SGPS** conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> .
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS) .
5. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável às **AdP SGPS** não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .
7. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

### SECÇÃO III

#### ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

##### Cláusula 16ª

#### Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada por um gestor do contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.

3. Caso o gestor do contrato designados pela **AdP SGPS** detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** da responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **Cláusula 17ª**

#### **Responsabilidades das partes**

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

## **CAPÍTULO III**

### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 18ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da **AdP SGPS**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP SGPS** nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19ª**

#### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **AdP SGPS** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo definido no n.º 2 da cláusula 5.ª do presente Caderno de Encargos, até € 500,00 (*quinhentos euros*) por cada dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento do SLA de 48 (*quarenta e oito*) horas referido no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, até € 100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso;
2. O valor acumulado das sanções contratuais previstas no número anterior não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP SGPS** decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Ao valor da sanção contratual previsto nos números anteriores são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. A **AdP SGPS** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 20ª**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** que não sejam devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP SGPS** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

## **Cláusula 21ª**

### **Resolução por parte das Entidades adjudicantes**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP SGPS** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 5 (*cinco*) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP SGPS**.

## **Cláusula 22ª**

### **Resolução por parte do Cocontratante**

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **Cláusula 23ª**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar.
2. A **AdP SGPS** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 2 (dois) dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Cláusula 24ª**

### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 25ª**

#### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP SGPS** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

### **Cláusula 26ª**

#### **Foro competente**

Qualquer litígio emergente do contrato a celebrar será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 27ª**

#### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

### **Cláusula 28ª**

#### **Contagem dos prazos**

Salvo disposição expressa em contrário no presente caderno de encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.



## **ANEXO I**

### **Especificações Técnicas**

O **Cocontratante** obriga-se a fornecer à **AdP SGPS** o serviço de acesso a um serviço de Monitorização de Segurança que deverá permitir medir objetivamente o desempenho de cibersegurança para 10 empresas do Grupo Águas de Portugal, onde se inclui a **AdP SGPS**, nomeadamente através dos seguintes atributos:

- Atribuição de IP para os domínios da empresa com adição e remoção conforme necessário;
- Monitorização contínua de vulnerabilidades e fatores de segurança agrupados em 10 famílias/categorias de risco;
- A plataforma deve fornecer visibilidade externa em dez famílias/categorias de fatores de segurança, nomeadamente:
  - Network Security
  - DNS Health
  - Patching Cadence
  - Endpoint Security
  - IP Reputation
  - Application Security
  - Cubit Score
  - Hacker Chatter
  - Information Leak
  - Social Engineering
- Benchmarking e pontuação de risco de segurança contínuo por empresa, concorrentes, pares e indústria;
- Alertas ilimitados para mudanças nos scores de risco;
- Relatórios executivos, resumidos e detalhados de scorecards das organizações;
- Fluxo de trabalho para colaboração e remediação com fornecedores monitorados - os fornecedores podem visualizar todo o seu scorecard;
- Planeamento de pontuação para o processo de remediação do fornecedor;
- Scorecarding personalizado – custom scorecard;
- Utilizadores ilimitados dentro da organização;
- Os fornecedores poderão aceder aos seus scorecards sem custo adicional;

- Definição de fornecedores totalmente flexível;
- API RESTful completa para fácil integração aos sistemas existentes sem custo adicional;
- Integração com soluções de GRC/SIEM/Analytics sem custo adicional;
- Ter mais de 10 milhões de organizações para comparação de classificações de segurança na plataforma;
- SLA de 48 (*quarenta e oito*) horas para quaisquer correções, resoluções e atualizações de presença digital;
- Avaliar o desempenho atual com base na análise histórica;
- Verificar cenários e projetar o estado futuro para determinar um objetivo de classificação expectável;
- Alocar recursos eficientemente e acompanhar o progresso para garantir que as metas sejam atingidas;
- Com dados de desempenho quantitativos e objetivos, os líderes de segurança e risco podem tomar decisões mais esclarecidas sobre seus programas de segurança e sentirem-se mais confiantes na capacidade da equipa alcançar os resultados esperados.
- Definir metas de segurança alcançáveis com base no desempenho relativo no contexto de um grupo significativo de pares;
- Avaliar os resultados do programa ao longo do tempo e informar sobre o progresso para os principais interessados internos e externos.
- Verificar a conformidade com regulamentações como PCI, ISO, HIPAA, NIST, SIG, RGPD entre outros.
- Aproveita as classificações da Plataforma de Monitorização de Segurança Security Ratings para validar rapidamente respostas de due diligence;
- Fácil preenchimento de requisições e redução do tempo em due diligences;
- Insights de classificações de risco da Plataforma de Monitorização de Segurança Security Ratings e internas;
- Mapeamento personalizado de pedidos de due diligence;
- Gestão de solicitações de due diligences em escala;
- Auto conclusão de due diligence com o mecanismo de machine learning;
- Gestão simplificada do repositório central de perguntas e respostas;
- Envio rápido de solicitações de due diligence.